

ONU: Cuba pede reforma urgente da arquitetura financeira global



Havana, 25 de setembro (RHC) O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, pediu na quarta-feira, em Nova York, uma reforma urgente da arquitetura financeira global, levando em conta sua incapacidade de apoiar durante sete décadas os países em desenvolvimento quando mais precisam.

O ministro das Relações Exteriores disse que, ao contrário, o sistema financeiro tem sido eficiente apenas na reprodução de um esquema de colonialismo moderno à custa das reservas do Sul.

Durante uma reunião ministerial aberta, convocada pela presidência brasileira do G20 coincidindo com o debate na Assembleia Geral da ONU, o ministro das Relações Exteriores pediu uma reforma urgente, profunda e abrangente, com discussões abertas em cenários de intercâmbio como as Nações Unidas.

"A atual ordem econômica internacional é refém de políticas e listas unilaterais, como o bloqueio ilegal e criminoso dos Estados Unidos contra Cuba e a inclusão fraudulenta de nosso país na lista de países que supostamente patrocinam o terrorismo", denunciou.

Rodríguez defendeu uma reforma com foco em questões de governança, representação e acesso a financiamento, além de levar em conta os interesses legítimos dos países em desenvolvimento.

"Os programas do FMI devem ser projetados para que sejam anticíclicos e alinhados com as metas climáticas e de desenvolvimento sustentável", ressaltou.

Ao mesmo tempo, instou a promover um sistema de votação nessas instituições, longe do poder econômico, que é profundamente discriminatório e antidemocrático.

Para o ministro das Relações Exteriores de Cuba, o contexto atual exige um aumento urgente da base de capital real dos bancos multilaterais de desenvolvimento e um foco maior no fornecimento de financiamento concessional.

Advertiu que "o papel das agências de classificação de crédito, que hoje atuam como juiz e parte no mesmo mercado que regulam, deve ser racionalizado".

O ministro das Relações Exteriores de Cuba também insistiu em uma agenda climática que respeite o princípio da equidade e as responsabilidades comuns, ainda que diferenciadas, e as respectivas capacidades.

Como parte desses esforços, enfatizou a necessidade de cumprir a Assistência Oficial ao Desenvolvimento, um compromisso de longa data dos países desenvolvidos.

Da mesma forma, pediu a renovação e a implementação de um Quadro Comum para o Tratamento da Dívida, incluindo o alívio e o cancelamento com cronogramas confiáveis, bem como cláusulas para fornecer alívio e reestruturação em caso de desastres naturais ou choques macroeconômicos. (Fonte: Prensa Latina)



Radio Habana Cuba